

Unificar a luta pelas reivindicações dos servidores federais: atendimento já das pautas específicas e gerais! Abaixo o Plano Levy

Na primeira reunião de negociação, em 23 de abril, com as entidades do Fórum dos Federais, o governo anunciou a intenção de fechar acordo plurianual com os servidores e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos de pessoal em relação ao PIB. Foi definida periodicidade quinzenal para as negociações. A próxima reunião será em 14 de maio para discutir os seguintes itens: negociação coletiva (OIT 151); data-base 1º de maio; projetos no congresso de interesse dos servidores; isonomia dos benefícios (auxílios alimentação e creche, diárias de viagem e assistência à saúde).

O problema maior é que, nessa reunião, o governo reafirmou a política de ajuste fiscal, com o contingenciamento orçamentário em 2015 e 2016.

Porque a atual prioridade do Governo Dilma é o ajuste fiscal (ou Plano Levy)? É para fazer superávit primário: 1,2% do PIB neste ano e 2,1% em 2016 (cerca de R\$ 65 bilhões e R\$ 130 bilhões, respectivamente). Esse dinheiro sai dos cofres públicos para pagar os altos juros da dívida pública, alimentando a especulação financeira, para... “manter o grau de investimento” com os especuladores!

É por isso que o governo diz que não tem dinheiro para melhorar nossos salários. Essa política do superávit primário resulta na queda brutal dos investimentos públicos, recessão na economia, cortes drásticos no serviço público. Todos os ministérios já se ressentem violentamente desses cortes que estão paralisando as iniciativas estatais, gerando situações inaceitáveis, sobretudo para os servidores federais que trabalham nos setores de ponta, no atendimento à população.

Ao mesmo tempo, o Congresso (o mais conservador desde 1964) se apressa a votar medidas contra os trabalhadores, como a terceirização das atividades-fim - PL 4.330 (atual PLC 30/2015), alegando “aumentar a competitividade”. E o STF, depois de 17 anos, julgou improcedente a ADIN impetrada pelo PT e PDT que contestava a implantação das chamadas Organizações Sociais (OSs) que são uma forma aberta de terceirização-privatização-destruição do serviço público.

Mas ao contrário do que dizem o governo, a imprensa, os banqueiros e os patrões, o Brasil não precisa nem de “ajuste fiscal”, nem do PL 4.330, nem das MPs 664-665, nem de OSs. Precisa, sim, de soberania nacional, derrubada dos juros, centralização do câmbio e do fluxo de capitais, taxaço das grandes fortunas e heranças e auditoria da dívida pública. E precisa de um serviço público de qualidade, que atenda às exigências da população trabalhadora.

Por isso a nossa luta específica, como servidores federais, pela aprovação de nossas reivindicações está firmemente articulada com a luta do conjunto dos trabalhadores e do povo em defesa dos direitos e contra o Plano Levy, conforme convocação da CUT e outras centrais (leia no verso).

Essa luta também é nossa!

- **Reposição da inflação: 27,3% já!**
- **Isonomia das carreiras com extensão da tabela salarial da Lei 12.277/10!**
- **Paridade ativo-aposentado-pensionista: incorporação das Gratificações de Desempenho pelo valor máximo de 100% dos pontos!**
- **Reversão dos cortes orçamentários: recuperação dos órgãos públicos!**
- **Isonomia dos benefícios com os Três Poderes!**
- **Redução da jornada de trabalho!**
- **Contra a PEC 229 que reduz o número de ministérios!**
- **ABAIXO O PLANO LEVY!**

CALENDÁRIO:

14 de Maio - Concentração no Ministério do Planejamento durante a reunião de negociação com as entidades do Fórum dos Federais

20 de Maio - Reunião de negociação específica da Condsef: manifestação no Planejamento e assembleia-geral do Sindsep-DF para eleição de delegados à plenária da Condsef. Concentração a partir das 9h, no Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios)

29 de Maio - Dia Nacional de Paralisação, rumo à Greve Geral, convocado pela CUT e outras centrais: derrotar o PL 4330 e o ajuste fiscal do Plano Levy



29 de maio: Dia Nacional de Paralisação contra as MPs 664/665 e o PL 4330

Em apenas três meses, o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964 aprovou mais ataques aos direitos da classe trabalhadora do que em todo o governo militar (1964-1985). A toque de caixa, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4330, que amplia a terceirização para todas as áreas das empresas e, agora, está aprovando as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que restringem acesso a benefícios previdenciários, seguro-desemprego e abono salarial.

Nesta quarta-feira (6), por 252 a 227 votos, os deputados aprovaram a MP 665, que aumenta o tempo de trabalho para que os/as trabalhadores/as possam solicitar, pela primeira vez, o seguro-desemprego. O governo queria elevar esse período de seis para 18 meses, mas o parlamento reduziu o prazo para 12 meses. Essa MP estabelece também um tempo mínimo de seis meses de trabalho para o/a trabalhadora/a ter acesso ao abono-salarial, que passa a ser proporcional aos meses trabalhados. Antes, todos recebiam um salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhado com carteira assinada.

As MPs 664 e 665 fazem parte do pacote de ajuste fiscal elaborado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy e foram anunciadas pelo governo no dia 30 de dezembro do ano passado, sem qualquer debate com a CUT nem com as demais centrais sindicais. As medidas mudam as regras de concessão e dificultam o acesso a benefícios como seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte e auxílio-doença.

Para a CUT, essas medidas, assim como a aprovação precipitada do PL 4330, penalizam os trabalhadores mais fragilizados, em especial os que são o público alvo do sistema de seguro-desemprego e pensão por morte. O mesmo raciocínio vale para os 12,7 milhões de terceirizados que têm seus direitos desrespeitados, péssimas condições de trabalho e renda e ainda tomam calotes dos empresários que fecham as empresas e somem sem pagar sequer salários atrasados.

“É um grande retrocesso. Um ataque aos direitos da

classe trabalhadora”, protestou o presidente da CUT, Vagner Freitas.

“Este é mais um dia triste para a classe trabalhadora que lutou pela volta da democracia, pela eleição de um governo democrático e popular, que ampliasse os benefícios trabalhistas e sociais, tornando o Brasil uma Nação mais justa e igualitária”, lamentou o dirigente.

Segundo Vagner, o movimento sindical realmente comprometido com os/as trabalhadores/as sabia que esta legislatura não seria fácil. Afinal, “todos conhecem a sanha conservadora, de ataques aos direitos da classe trabalhadora dos empresários, ruralistas e segmentos de direitos que foram eleitos no ano passado”.

Junte-se a isso à crise econômica internacional e uma política econômica que faz ajustes fiscais às custas dos/as trabalhadores/as e está criado o cenário mais negativo dos últimos doze anos.

Mal foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, tirou da gaveta o PL 4330, da terceirização ampla, geral e irrestrita. E, com a ajuda de deputados ligados a empresários, passou um trator por cima das regras da Casa e aprovou o que o movimento sindical de esquerda apelidou de “projeto da escravidão”, apesar de todas as manifestações, atos e protestos que a CUT, a CTB e o movimento popular do campo e da cidade fizeram em todo o Brasil. A aprovação das medidas de ajuste fiscal seguiram no mesmo caminho.

Os/as trabalhadores/as não vão aceitar a retirada de direitos, garante Vagner, que completou: vamos reagir. Daqui pra frente, todos os dias serão dias de luta. No próximo dia 29, CUT, CTB, Intersindical, Conlutas, UGT e NCST e os movimentos populares do campo e da cidade farão um Dia Nacional de Paralisação contra o 4330, que está tramitando no Senado, e contra as MPs 664 e 665, que também deverão seguir para o Senado após a segunda aprovação na Câmara. A luta continua até a aprovação total das medidas que ainda precisam ser sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff, a quem os movimentos sindical e social pedirão os vetos.